



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

ID 32/2025

Brasília, 06 de dezembro de 2025.

## PLENÁRIA NACIONAL GERAL DIAS 19 E 20 DE DEZEMBRO

**FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM  
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL**

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Direção Nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA Sindical, com sede no SAUS Qd. 01, Bloco N, SN - Setor de Autarquias Sul - Salas: 1210, 1211 e 1212; CEP: 70.070-941, Brasília-DF, CNPJ: 08.485.179/0001-26, Registro no Ministério do Trabalho e Emprego processo nº 46206.007193/2011- 45, com base no seu Estatuto, vem por intermédio de seus representantes, ao final assinados, convocar a Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical, a realizar-se nos dias 19 e 20 de dezembro de 2025, em formato virtual, de 9h às 12h e 14h às 18h, para deliberar sobre os pontos de pauta: 1) Informes; 2) Avaliação de conjuntura; 3) XXV CONFASUBRA; 2) Encaminhamentos.

Brasília - DF, 05 de dezembro de 2025

*Cristina del Papa*  
Cristina del Papa  
Coordenação Geral

*Ivanilda O Reis*  
Ivanilda Oliveira Silva Reis  
Coordenação Geral

*Loiva Isabel M. Chansis*  
Loiva Isabel M. Chansis  
Coordenação Geral

## REUNIÃO COM DIRIGENTES DE BASE

A Direção da FASUBRA Sindical convida as entidades filiadas para uma reunião virtual, pela plataforma Teams no dia 08 de dezembro de 2025 (segunda-feira), às 15 horas, com o objetivo de tratar do PL 6170/25 e da necessária intensificação da mobilização nacional em defesa dos interesses da categoria.

Solicitamos que, na ocasião, as entidades apresentem:

- Relato das atividades locais realizadas nos dias 03 e 04/12;
- Indicação dos(as) parlamentares do estado com os quais realizarão articulação para a apresentação da emenda construída pela Federação.
- A participação de todas as entidades é fundamental para o fortalecimento da nossa ação conjunta.

## **FASUBRA CONVOCA CATEGORIA PARA LIVE DE ANÁLISE URGENTE SOBRE O PL 6172/2025 E SEUS IMPACTOS NO PCCTAE**

A Direção da FASUBRA Sindical, reunida na manhã desta sexta-feira, 05 de dezembro de 2025, deliberou pela realização de uma transmissão ao vivo (Live) de caráter urgente e informativo.

O objetivo é esclarecer a base sobre as recentes movimentações legislativas que afetam diretamente a nossa categoria. A atividade será conduzida pelos membros da representação da FASUBRA na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC).

Pauta da discussão:

A Live terá como foco central a Análise do Projeto de Lei 6172/2025, abordando os seguintes pontos técnicos e políticos:

Análise do texto: Leitura crítica e detalhada do conteúdo do PL 6172/2025;

Riscos e Impactos: Como este projeto afeta a estrutura atual do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação (PCCTAE);

Estratégia Legislativa: Apresentação e debate sobre a proposta de emenda constitucional referente especificamente ao Art. 2º do referido Projeto de Lei.

Serviço:

**Data: 10 de dezembro de 2025 (quarta-feira)**

Horário: 18h (horário de Brasília)

Local de Transmissão: Canal oficial da FASUBRA no YouTube

A participação de todos é fundamental para construirmos a defesa da nossa carreira com conhecimento e unidade.

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Os plantonistas da Direção da FASUBRA e representação da base SINT-IFESgo, participaram da Audiência Pública da Comissão de Administração e Serviço Público realizada no dia 2 de dezembro de 2025. O tema central foi a Regulamentação do Teletrabalho no serviço público. A audiência ocorreu em virtude da aprovação do Requerimento nº 57/2025, de autoria da deputada Érika Kokay, que também coordenou os trabalhos.

Durante a atividade, a deputada Érika Kokay criticou a PEC 38 (Reforma Administrativa), afirmando em sua fala que a proposta representa uma “demolição do serviço público”.

A mesa da audiência contou com representantes do Sindicato do Banco Central, do Sindicato dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY), do Sindicato dos Servidores Federais dos Seguros Privados, do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta e Autarquias, do Tribunal de Contas do DF, além de centrais sindicais como Força Sindical, CUT, CTB, entre outras entidades. Entre as intervenções, destacou-se a fala de Gabriela Perfeito, presidente do SINDITAMARATY, que enfatizou o impacto negativo se for aprovado a Reforma Administrativa como um todo, essa reforma não pode ser aprovada. Ela também criticou a proposta de regulamentação do PGD — Teletrabalho, afirmando que, da forma como está sendo construída, apresenta limitações e arbitrariedades, sem diálogo com a categoria. Gabriela reforçou a necessidade de considerar as experiências positivas acumuladas pelos servidores durante a pandemia e de construir um modelo de transição baseado na entrega, na qualidade do serviço e na geração de valor para a sociedade. Segundo ela, o teletrabalho já integra a estrutura de transformação digital e pode trazer importantes ganhos ao serviço público, como economia de recursos materiais, redução de gastos com transporte e melhoria da qualidade de vida dos servidores(as). Foi ressaltado também que o teletrabalho beneficia servidores com deficiência, servidores que acompanham cônjuges em mudança de localidade e outras situações específicas em que o trabalho remoto evita licenças não remuneradas e permite continuidade na prestação do serviço público.

A FASUBRA, representada na audiência pela coordenadora Melissa Campos, informou que está realizando uma pesquisa elaborada pela equipe da CNSC — Comissão Nacional de Supervisão de Carreira da FASUBRA. O objetivo é reunir dados fundamentais para atualizar as deliberações da federação e formular propostas que contribuam para reduzir disparidades na implementação do teletrabalho nas Instituições Federais de Ensino (IFE). Melissa destacou que, quanto maior o número de respostas, melhor será a identificação das necessidades e dos problemas vivenciados pela categoria.

A coordenadora afirmou ainda que o governo precisa dialogar com os servidores antes de apoiar qualquer projeto que possa prejudicar a categoria. Até o momento, esse diálogo não ocorreu de forma efetiva, e a audiência foi um dos poucos espaços em que foi possível ouvir relatos e experiências concretas sobre o teletrabalho. A FASUBRA também agradece à deputada Érika Kokay pela dedicação por mais esse debate tão importante para servidores(as) e para sociedade.

## MOÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA DO DIA 14 E 15 NOVEMBRO

### APOIO À LUTA DO STU

A Plenária Nacional da FASUBRA Sindical manifesta seu apoio à Luta do Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP – STU, contra o processo de autarquização da área de Saúde da Unicamp, por representar riscos significativos à missão acadêmica, ao financiamento público e às condições de trabalho no complexo hospitalar.

A autarquização não promove excelência, mas sim fragmentação, precarização e a submissão da saúde universitária a metas assistenciais do Governo do Estado, rompendo com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Experiências de hospitais autarquizados, como Botucatu/Unesp, demonstram que o modelo não resolve déficits, resultando em fechamento de leitos, crises operacionais e redução da atividade acadêmica.

Do ponto de vista financeiro, a proposta ignora a necessidade urgente de renegociação do financiamento das Universidades Estaduais com a extinção do ICMS em 2033. Defendemos que a prioridade do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) e dos reitores seja garantir o repasse de 8,64% da Receita Tributária Líquida para USP, Unesp e Unicamp, e não transferir um custo de R\$ 1,1 bilhão à Secretaria de Saúde sem qualquer garantia de suplementação. O histórico recente do Governo do Estado evidencia a fragilidade desses compromissos.

A autarquização também centraliza poder na Faculdade de Ciências Médicas, reduzindo a participação democrática e afastando outras unidades fundamentais como Enfermagem e Farmácia. Em hospitais já autarquizados, isso resultou em restrições de acesso de estudantes e pesquisadores, impactando a produção científica.

Além disso, as experiências apresentadas pela própria Reitoria mostram que o modelo leva à precarização do trabalho, com a ampliação das contrações de empregados públicos (CLT), expansão da terceirização e pejotização, redução salarial e piora no atendimento à população usuária do SUS. Nos casos estudados, a regularização financeira só ocorreu após uma década, sustentada pela substituição de servidores por contratos precários.

Por tudo isso, a FASUBRA reafirma que a autarquização não representa avanço, mas um risco estrutural para a Unicamp e para a saúde pública.

## **APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES DA UNIFESP**

Os Delegados e Delegadas da Plenária Nacional da FASUBRA, reunida nos dias 15 e 16 de novembro de 2025 manifestam seu apoio irrestrito à greve dos trabalhadores da Unifesp, iniciada no dia 10 de novembro por tempo indeterminado.

Considerando:

- \* A necessidade de atendimento às reivindicações justas e legítimas dos trabalhadores, que buscam melhores condições de trabalho e respeito aos seus direitos;
- \* A sobrecarga laboral e os riscos sanitários e insalubres enfrentados diariamente por nossos colegas da Unifesp que tem sido agravada pela falta de contratação por parte da SPDM e HSP.
- \* O não cumprimento integral do acordo de greve por parte do governo federal que afetam diretamente toda a categoria;
- \* A importância da união e solidariedade entre os trabalhadores em momentos de luta.

Resolvemos:

1. Declarar nosso apoio à greve dos trabalhadores da Unifesp, reconhecendo a importância de suas demandas locais e nacionais.
2. Convocar todos os delegados e delegadas desta plenária e da direção da FASUBRA a se unirem e apoio a essa luta, garantindo que a voz dos trabalhadores seja ouvida e seus direitos respeitados.

## **RECONHECIMENTO**

A Plenária Nacional da FASUBRA Sindical, reunida em 15 e 16.11, na UNB, decidiu por reconhecer o esforço e a disposição da Dep Federal e servidora técnica-administrativa Sâmia Bonfim(PSOL/SP), em protocolar 09 (nove) emendas ao PL 2614/2024 (PNE 2024/2034), por solicitação da nossa Federação.

Essa atitude denota indubitavelmente o seu compromisso com o serviço público e com as universidades públicas em especial

## **MOÇÃO DE APOIO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO METRÔ E DA COMPESA EM PERNAMBUCO**

A FASUBRA manifesta, por meio desta moção, seu total apoio à luta contra a privatização do Metrô do Recife e da COMPESA, processos que vêm sendo conduzidos pelo Governo do Estado, sob gestão da Governadora Raquel Lyra, e pelo Governo Federal, colocando em risco o caráter público de serviços essenciais para a população pernambucana.

Reafirmamos que transporte e saneamento são direitos fundamentais, não mercadorias. A entrega desses serviços à iniciativa privada tende a resultar em tarifas mais altas, precarização do atendimento, demissões e perda de controle social, especialmente para quem mais depende do transporte público e do acesso à água tratada.

Repudiamos também a prisão arbitrária e momentânea do companheiro Luiz Soares, presidente do Sindicato dos Metroviários (Sindmetro-PE), ocorrida durante a mobilização pela greve legalmente aprovada pela categoria. Sua detenção configura uma tentativa de intimidação e criminalização da luta dos trabalhadores, prática incompatível com a democracia e com o direito constitucional de organização sindical.

Expressamos nossa solidariedade irrestrita aos metroviários, aos trabalhadores e trabalhadoras da COMPESA, e a todos os movimentos que defendem serviços públicos fortes, acessíveis e de qualidade. Seguiremos vigilantes e mobilizados contra qualquer avanço privatista que coloque em risco o futuro do transporte e do saneamento em Pernambuco.

Pelo direito à cidade, pela água como bem público e pelo respeito à organização dos trabalhadores — não à privatização!

### **REPÚDIO E SOLIDARIEDADE**

**CONSIDERANDO** a série de operações policiais violentas ocorridas no Complexo da Penha e no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, que resultaram em um número inaceitável de mortes, feridos e na violação sistemática dos direitos humanos da população local;

**CONSIDERANDO** que a maioria das vítimas dessas ações são jovens, negros e moradores de favelas, o que evidencia o caráter racista e classista da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, configurando uma política de extermínio e genocídio contra parcelas da população;

**CONSIDERANDO** que a violência estatal não é uma solução para o problema da segurança, mas sim a perpetuação de um ciclo de injustiça, luto e medo nas comunidades periféricas;

**CONSIDERANDO** o sucesso da atuação dos serviços e servidores públicos na operação Carbono Oculto que desbaratou uma das maiores quadrilhas criminosas, sediadas na Faria Lima, que atuavam na lavagem de dinheiro e possuía conexões com facções criminosas, mostrando não só a importância da independência desses servidores (Policia Federal, Receita Federal, polícias civis e outras instituições estatais), mas também o foco nas operações de inteligência e não de chacinas e extermínios sumários.

**A PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA SINDICAL, REUNIDA EM BRASÍLIA-DF,  
DELIBERA: REPUDIAR VEEMENTEMENTE**

- 1. O MASSACRE E O EXTERMÍNIO:** Repudiamos o Massacre do Complexo da Penha e do Alemão, bem como todas as operações policiais de cunho bélico e indiscriminado que resultam na morte de inocentes, na destruição de residências e na interrupção de serviços essenciais como saúde e educação.
- 2. A POLÍTICA GENOCIDA:** Repudiamos a política de segurança pública que adota a violência como metodologia e que é orientada pela lógica de guerra, voltada prioritariamente contra a população negra e pobre das periferias e favelas.

**A PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA SINDICAL EXIGE:**

- 1. INVESTIGAÇÃO RIGOROSA E PUNIÇÃO:** A imediata, transparente e rigorosa investigação de todas as mortes e violações de direitos ocorridas, com a responsabilização e punição de todos os agentes envolvidos e de toda a cadeia de comando que autorizou e planejou tais operações.
- 2. MUDANÇA DE POLÍTICA:** O fim imediato das incursões policiais com características militares em áreas populosas e a reformulação urgente da política de segurança pública, priorizando ações de inteligência, políticas sociais, investimento em infraestrutura e desmilitarização das polícias.
- 3. REPARAÇÃO INTEGRAL:** Que o Estado garanta a justa e integral reparação às famílias das vítimas e aos moradores afetados.
- 4. APURAÇÃO INDEPENDENTE:** é preciso um juízo imparcial para este julgamento, qualquer que sejam as forças investigadas.

**A PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA SINDICAL MANIFESTA SUA SOLIDARIEDADE E COMPROMISSO:**

Prestamos nossa irrestrita solidariedade às famílias enlutadas e a toda a população do Complexo da Penha e do Alemão que resiste e luta por dignidade e vida. A FASUBRA Sindical reitera seu compromisso histórico na defesa intransigente dos direitos humanos, da vida da juventude negra e no combate ao racismo e à violência de Estado.

**DETERMINA-SE:** Que esta moção seja amplamente divulgada e encaminhada às autoridades competentes, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, a órgãos de imprensa e aos movimentos sociais.

**Pela Vida, pela Justiça e pelo Fim da Violência Estatal!**

Plenária Nacional da FASUBRA Sindical

Brasília-DF, 16 de novembro de 2025



CALENDÁRIO	
DEZEMBRO	
08	<b>Reunião com dirigentes das entidades de base</b>
10	<b>Live sobre o PL 6170 - CNSC-FASUBRA</b>
19	<b>Aniversário da FASUBRA</b>
19 e 20	<b>Plenária virtual</b>
FEVEREIRO	
28	<b>Plenária Nacional para avaliar o indicativo de greve, a partir de 09 de março de 2026</b>
MARÇO	
01	<b>Plenária Nacional para avaliar o indicativo de greve, a partir de 09 de março de 2026</b>

**Observação:** As moções aprovadas serão publicadas após análise pela AJN.